

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.490 - MG (2020/0264916-1)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : ITAÚ SEGUROS S/A
ADVOGADOS : JUCARA FREIRE DE SOUZA CRUZ - MG024600
DANIELLE DE LIMA PIRES PIMENTA - MG098863
AGRAVADO : RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
ADVOGADO : JEFERSON ALEX SALVIATO - SP236655
INTERES. : TESIRA RIGHETO LABEGALINI
INTERES. : LEONARDO LABEGALINI
INTERES. : LOURDES LABEGALINI MONTEIRO
INTERES. : MAIZA IRENE POCAI LABEGALINI
INTERES. : CARLOS CAETANO MONTEIRO
INTERES. : ANTONIO LUIZ LABEGALINI
ADVOGADO : GERALDO SÍLVIO PIERONI - MG047187

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por ITAÚ SEGUROS S/A contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA – PERÍCIA REALIZADA – INOBSERVÂNCIA, PELO PERITO, DE DETERMINAÇÃO DO ACÓRDÃO – COMPLEMENTAÇÃO DO LAUDO – NECESSIDADE – PROVIMENTO DO RECURSO QUE SE IMPÕE. Em observância ao que restou estabelecido na sentença e no acórdão, objetos da liquidação de sentença, os saldos das cotas consorciais englobam todos os valores que se venceram após o falecimento do consorciado e devem ser ressarcidos aos autores pelo Consórcio, e, ao Consórcio pela Seguradora, por força do contrato de seguro firmado entre o consorciado com a Seguradora. Se a perícia, em seus cálculos, não observou todas as determinações estabelecidas do julgado, deve ser provido o recurso de terminada a complementação da prova técnica, de modo que seja apurado, em rigorosa observância pelo perito, tudo que fora estabelecido na decisão exequenda, notadamente no que tange aos valores a serem ressarcidos a cada uma das partes.

Quanto à controvérsia, alega violação dos arts. 502, 503, 505, 506, 507 e 508 do CPC, no que concerne ao instituto da coisa julgada, trazendo os seguintes argumentos:

Documento: 119400432

Página 1 de 3

Verifica-se que o acórdão DETERMINOU A INCLUSÃO NO CÁLCULO DE LIQUIDAÇÃO DE PARCELA QUE NÃO FOI NO INCLUÍDA TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL TRANSITADO EM JULGADO, CARACTERIZANDO OFENSA A COISA JULGADA.

Em nenhum momento a sentença decidiu eventual direito de regresso do Consórcio perante a Cia. Seguradora no que tange as parcelas que a serem devidas aos autores, tratando-se de interpretação extensiva que extrapola os limites da coisa julgada, caracterizando ofensa ao disposto nos artigos 502, 503, 505, 506, 507 e 508 do Código de Processo Civil.

[...]

A questão objeto do recurso se trata de matéria exclusivamente de direito. Isso porque se discute neste recurso os limites do título judicial transitado em julgado objeto da liquidação, no qual, conforme dispositivo acima transcrito, não foi incluído eventual direito de regresso do Consorcio em relação a condenação que lhe foi diretamente imposta, tendo o acordo que deu provimento ao gravo de instrumento extrapolado os limites do título, caracterizando ofensa a coisa julgada. (fls. 219-221).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, incidem os óbices das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: “O requisito do prequestionamento é indispensável, por isso que inviável a apreciação, em sede de recurso especial, de matéria sobre a qual não se pronunciou o Tribunal de origem, incidindo, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF. 9. In casu, o art. 17, do Decreto 3.342/00, não foi objeto de análise pelo acórdão recorrido, nem sequer foram opostos embargos declaratórios com a finalidade de prequestioná-lo, razão pela qual impõe-se óbice intransponível ao conhecimento do recurso quanto ao aludido dispositivo”. (REsp 963.528/PR, relator Ministro Luiz Fux, Corte Especial, DJe de 4/2/2010.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; REsp 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019; AgInt no AREsp 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e AgRg no REsp 1.849.115/SC, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 23/6/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno

Superior Tribunal de Justiça

do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente